

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 01094/2018)**



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9fd73fb-084-4200-8a84-084f49b12

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Santa Cruz/PE
Endereço: AV TRES DE MAIO
Bairro: CENTRO
Telefone: (087) 3874-8156
E-mail: ellennatacha88@gmail.com
Representante legal: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
CPF: 902.326.404-59
Cargo: Prefeito
E-mail: ellennatacha88@gmail.com

CNPJ: 24.301.475/0001-86
CEP: 56215-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
Endereço: AVENIDA TRÊS DE MAIO
Bairro: CENTRO
Telefone: (087) 3874-8156
E-mail: funpresc.santacruz@gmail.com
Representante legal: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
CPF: 007.799.164-84
Cargo: Gestor
E-mail:

CNPJ: 08.702.822/0001-26
CEP: 56215-000
Fax: (087) 3874-8156

Complemento: PREVIDENCIÁRIO
Data início da gestão: 09/01/2018

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal 0447/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Santa Cruz da quantia de R\$ 832.743,75 (oitocentos e trinta e dois mil e setecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 06/2016 a 11/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Santa Cruz confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 832.743,75 (oitocentos e trinta e dois mil e setecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais de R\$ 4.163,72 (quatro mil e cento e sessenta e três reais e setenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 4.163,72 (quatro mil e cento e sessenta e três reais e setenta e dois centavos), vencerá em 30/09/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcèlement constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcèlement através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, calculado a partir dos valores atualizados da consolidação do parcelamento anterior e das prestações pagas deste, atualizados pelo INPC acumulado, acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados, desde a data do valor consolidado do (re)parcelamento e prestações pagas anterior até a data de consolidação atual.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01094/2018)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação da transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Santa Cruz - PE / 04/09/2018

Eliane M. da Silva Soares
Prefeita

Prefeitura Municipal de Santa Cruz
ELIANE MARIA DA SILVA SOARES

Eracildo Barbosa Teixeira
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA

Testemunhas:

Ubiratan Guimarães Soares

Ubiratan Guimarães Soares
Secretário de Governo
CPF: 774.663.224-68
RG: 4166092

Juarez Guimarães da Silva

Juarez Guimarães da Silva
Assessor Especial
CPF: 028.415.034-70
RG: 5649133

Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Assinatura: https://stc.ce.gov.br/epv/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=9fd7f3fb-c984-4460-8a9e-0862cf49b126

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01094/2018)



DECLARAÇÃO

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01094/2018, firmado entre o/a Santa Cruz e o FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ em 04/09/2018, publicado em 04/09/2018 no

☒ mural
() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Santa Cruz, 04/09/2018

Eliane M. da Silva Soares
Prefeita

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeito

Documento assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Assinatura em: <http://pccce.te.pb.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9fd7f3fb-c984-4200-8a9e-0862cf49b126

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01094/2018	Data	03/09/2018
Valor consolidado	832.743,75	Valor da prestação inicial	4.163,72
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	30/09/2018

DEVEDOR

Ente Federativo	Santa Cruz/PE	CNPJ	24.301.475/0001-86
Representante Legal	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF	902.326.404-59
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2371
		Conta nº	79425-2

CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	CNPJ	08.702.822/0001-26
Representante Legal	ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA	CPF	007.799.164-84
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2371
		Conta nº	24285-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2. e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Santa Cruz/PE - 04/09/2018

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	 Eliane M. da Silva Soares Prefeita
UNIDADE GESTORA	 Eracildo Barbosa Teixeira Gerente FUNPRESC Portaria: 012/2018
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

ANILTON TREMANTI
Gerente Geral
Mat 0 772 793-3



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Santa Cruz / PE	CNPJ:	24.301.475/0001-86
Endereço:	AVENIDA 03 DE MAIO	Complemento:	276
Bairro:	CENTRO	CEP:	56215-000
Telefone:	0873874-8156	Fax:	
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF:	902.326.404-59
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	ellennatacha88@gmail.com	Data Início de Gestão:	01/01/2017

3. UNIDADE GESTORA

Nome:	Fundo da Previdência do Município de Santa Cruz	CNPJ:	08.702.822/0001-26
Endereço:	Av Três de Maio, 276	Complemento:	
Bairro:	Centro	CEP:	56215-000
Telefone:	8798105-6631	Fax:	(087) 3874-8156
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	Eracildo Barbosa Teixeira	CPF:	007.799.164-84	Data Início de Gestão:	09/01/2018
Cargo:	Gerente	Complemento do Cargo:			
Telefone:	(087) 3874-1177	Fax:		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	ANTONIO SALES DE SOUZA	CPF:	036.774.664-66
Telefone:	(087) 3846-1186	Fax:	
Data de envio:	04/09/2018	E-mail:	sales_tc@hotmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

6. DADOS DO ACORDO

Reparcelament	Sim	Número do acordo:	01094/2018			
ACORDO		Rubrica	Data de Consolidação do	Número do Acordo		
		Contribuição Patronal	10/12/2016	01048/2016		
Título	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE 06/2016 A 11/2016		Valor consolidado:	832.743,75	Data de consolidação do termo:	03/09/2018
Rubrica:	Contribuição Patronal (200 meses)		Valor da parcela	4.163,72	Data de assinatura do Termo:	04/09/2018
Lei autorizativa do	Lei Municipal 0447/2017				Data de vencimento da 1ª	30/09/2018
Competência:	Inicial: 06/2016	Final: 11/2016	Quantidade de	200	Critério de atualização:	
Critérios de atualização para consolidação do						
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am	Tipo de juros:	Simples	Multa: 2,00 %
Critérios de atualização das parcelas						
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am	Tipo de juros:	Simples	
Critérios de atualização das parcelas						
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am	Tipo de juros:	Simples	Multa: 2,00 %
Saldo Devedor em	1.191.083,31					

7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:		
CPF: 774.663.224-68	Nome: Ubiratan Guimarães Soares	Cargo: Secretário de Governo
RG: 4166092	Telefone (087) 3874-8156	E- funpresc.santacruz@gmail.com
TESTEMUNHA - 2:		
CPF: 028.415.034-70	Nome: Juarez Guimarães da Silva	Cargo: Assessor Especial
RG: 5649133	Telefone (087) 3874-8156	E- funpresc.santacruz@gmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
001	30/09/2018		0,00	0,00	0,00	0,00	4.163,72	30/09/2018	4.393,00
002	30/10/2018		0,30	12,49	1,00	41,76	4.217,97	30/10/2018	4.217,97
003	30/11/2018	-0,25	0,70	29,15	2,00	83,86	4.276,73	10/12/2018	4.276,73
004	30/12/2018	0,14	0,45	18,74	3,00	125,47	4.307,93	30/01/2019	4.480,25
005	30/01/2019		0,59	24,57	4,00	167,53	4.355,82	30/01/2019	4.355,82
006	28/02/2019	0,54	0,95	39,56	5,00	210,16	4.413,44	20/02/2019	4.397,70
007	30/03/2019		1,50	62,46	6,00	253,57	4.479,75	20/03/2019	4.479,75
008	30/04/2019	0,60	2,28	94,93	7,00	298,11	4.556,76	07/05/2019	4.556,76
009	30/05/2019		2,89	120,33	8,00	342,72	4.626,77	23/05/2019	4.626,77
010	30/06/2019		3,05	126,99	9,00	386,16	4.676,87	28/06/2019	4.676,87
011	30/07/2019		3,06	127,41	10,00	429,11	4.720,24	30/07/2019	4.720,24
012	30/08/2019		3,16	131,57	11,00	472,48	4.767,77	30/08/2019	4.767,77
013	30/09/2019		3,28	136,57	12,00	516,03	4.816,32	30/09/2019	4.816,32
014	30/10/2019		3,23	134,49	13,00	558,77	4.856,98	30/10/2019	4.856,98
015	30/11/2019		3,27	136,15	14,00	601,98	4.901,85	29/11/2019	4.901,85
016	30/12/2019		3,83	159,47	15,00	648,48	4.971,67	30/12/2019	4.971,67
017	30/01/2020	0,19	5,10	212,35	16,00	700,17	5.076,24	31/01/2020	5.014,90
018	29/02/2020		5,30	220,68	17,00	745,35	5.129,75	27/02/2020	5.129,75
019	30/03/2020		5,48	228,17	18,00	790,54	5.182,43	30/03/2020	5.182,43
020	30/04/2020		5,67	236,08	19,00	835,96	5.235,76	30/04/2020	5.235,76
021	30/05/2020		5,42	225,67	20,00	877,88	5.267,27	29/05/2020	5.267,27





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
022	30/06/2020		5,16	214,85	21,00	919,50	5.298,07	19/06/2020	5.298,07
023	30/07/2020		5,48	228,17	22,00	966,22	5.358,11	30/07/2020	5.358,11
024	30/08/2020		5,94	247,33	23,00	1.014,54	5.425,59	20/08/2020	5.425,59
025	30/09/2020		6,32	263,15	24,00	1.062,45	5.489,32	29/09/2020	5.489,32
026	30/10/2020		7,25	301,87	25,00	1.116,40	5.581,99	30/10/2020	5.581,99
027	30/11/2020		8,20	341,43	26,00	1.171,34	5.676,49	20/11/2020	5.676,49
028	30/12/2020		9,23	384,31	27,00	1.227,97	5.776,00	18/12/2020	5.776,00
029	30/01/2021		10,82	450,51	28,00	1.291,98	5.906,21	29/01/2021	5.906,21
030	28/02/2021		11,12	463,01	29,00	1.341,75	5.968,48	24/02/2021	5.968,48
031	30/03/2021		12,03	500,90	30,00	1.399,39	6.064,01	19/03/2021	6.064,01
032	30/04/2021		13,00	541,28	31,00	1.458,55	6.163,55	30/04/2021	6.163,55
033	30/05/2021		13,43	559,19	32,00	1.511,33	6.234,24	20/05/2021	6.234,24
034	30/06/2021		14,52	604,57	33,00	1.573,54	6.341,83	30/06/2021	6.341,83
035	30/07/2021	1,02	15,20	632,89	34,00	1.630,85	6.427,46	26/07/2021	6.247,46
036	30/08/2021		16,38	682,02	35,00	1.696,01	6.541,75	17/08/2021	6.541,75
037	30/09/2021		17,40	724,49	36,00	1.759,76	6.647,97	30/09/2021	6.647,97
038	30/10/2021		18,81	783,20	37,00	1.830,36	6.777,28	29/10/2021	6.777,28
039	30/11/2021		20,19	840,66	38,00	1.901,66	6.906,04	26/11/2021	6.906,04
040	30/12/2021		21,20	882,71	39,00	1.968,11	7.014,54	23/12/2021	7.014,54
041	30/01/2022		22,08	919,35	40,00	2.033,23	7.116,30	26/01/2022	7.116,30
042	28/02/2022		22,90	953,49	41,00	2.098,06	7.215,27	23/02/2022	7.215,27
043	30/03/2022		24,13	1.004,71	42,00	2.170,74	7.339,17	30/03/2022	7.339,17





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
044	30/04/2022		26,25	1.092,98	43,00	2.260,38	7.517,08	29/04/2022	7.517,08
045	30/05/2022		27,57	1.147,94	44,00	2.337,13	7.648,79	30/05/2022	7.648,79
046	30/06/2022		28,14	1.171,67	45,00	2.400,93	7.736,32	30/06/2022	7.736,32
047	30/07/2022		28,93	1.204,56	46,00	2.469,41	7.837,69	27/07/2022	7.837,69
048	30/08/2022		28,16	1.172,50	47,00	2.508,02	7.844,24	30/08/2022	7.917,08
049	30/09/2022		27,76	1.155,85	48,00	2.553,39	7.872,96	30/09/2022	7.946,06
050	30/10/2022	0,47	27,35	1.138,78	49,00	2.598,23	7.900,73	31/10/2022	7.900,73
051	30/11/2022		27,95	1.163,76	50,00	2.663,74	7.991,22	30/11/2022	7.991,22
052	30/12/2022		28,44	1.184,16	51,00	2.727,42	8.075,30	21/12/2022	8.075,30
TOTAIS:				25.434,12		64.748,48	306.696,04		306.986,50

9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

Nº	VENCIMENTO	VALOR	PAGAMENTO	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
003	30/11/2018	4.276,73	10/12/2018	28,42	0,00	2,00	0,00	0,00	4.276,73	4.276,73
004	30/12/2018	4.307,93	30/01/2019	28,75	49,54	2,00	4,44	3,45	4.365,36	4.480,25
008	30/04/2019	4.556,76	07/05/2019	26,44	0,00	2,00	0,00	0,00	4.556,76	4.556,76
017	30/01/2020	5.076,24	31/01/2020	23,05	14,14	38,00	28,68	1,23	5.120,29	5.014,90
050	30/10/2022	7.900,73	31/10/2022	1,55	0,00	1,00	0,00	0,00	7.900,73	7.900,73
TOTAIS:		26.118,39			63,68		33,12	4,68	26.219,87	26.229,37





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>
053	30/01/2023	0,46	29,33	1.221,22	52,00	2.800,17	8.185,11
054	28/02/2023		29,92	1.245,79	53,00	2.867,04	8.276,55
055	30/03/2023		29,92	1.245,79	54,00	2.921,14	8.330,65
TOTAIS:				3.712,80		8.588,35	24.792,31

11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 28/02/2023

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>VALOR</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>MULTA</u>	<u>VALOR DEVIDO</u>
053	30/01/2023	8.185,11	0,00	0,00	2,00	163,70	163,70	8.512,51
TOTAIS:		8.185,11		0,00		163,70	163,70	8.512,51



**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01281/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9fd731b5-c984-4200-8446-0862cf490126

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Santa Cruz/PE	CNPJ:	24.301.475/0001-86
Endereço:	AV TRES DE MAIO	CEP:	56215-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	
Telefone:	(087) 3874-8156	Complemento:	
E-mail:	eliennatacha88@gmail.com	Data início da gestão:	01/01/2017
Representante legal:	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES		
CPF:	902.326.404-59		
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	eliennatacha88@gmail.com		

CREDOR

Unidade Gestora:	FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	CNPJ:	08.702.822/0001-26
Endereço:	AVENIDA TRÊS DE MAIO	CEP:	56215-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(087) 3874-8156
Telefone:	(087) 3874-8156	Complemento:	PRESIDENTE
E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com	Data início da gestão:	27/09/2017
Representante legal:	WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA MATIAS		
CPF:	030.865.744-61		
Cargo:	Gestor		
E-mail:	wasteo@bol.com.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 447/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Santa Cruz da quantia de R\$ 307.368,63 (trezentos e sete mil e trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 09/2005 a 12/2006, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Santa Cruz confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 307.368,63 (trezentos e sete mil e trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.536,84 (hum mil e quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.536,84 (hum mil e quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos), vencerá em 30/09/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, calculado a partir dos valores atualizados da consolidação do parcelamento anterior e das prestações pagas deste, atualizados pelo INPC acumulado, acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados, desde a data do valor consolidado do (re)parcamento e prestações pagas anterior até a data de consolidação atual.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Eliane Maria da Silva Soares
Prefeita

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01281/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante declarado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Santa Cruz - PE / 01/09/2017

Prefeitura Municipal de Santa Cruz
ELIANE MARIA DA SILVA SOARES

Elaine M. da Silva Soares
Prefeita

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA MATIAS

Testemunhas:

Ubiratan Guimarães Soares
Secretário de Governo
CPF: 774.663.224-68
RG: 4166092

Juarez Guimarães da Silva
Assessor Especial NA-5
CPF: 028.415.034-70
RG: 5649133

Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Assinatura: https://stc.ice.gov.br/epv/validarDoc?seuCodigoDoDocumento=9fd7f3b-c984-4200-8aee-0862cf49b126

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01281/2017)**



DECLARAÇÃO

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01281/2017, firmado entre o/a Santa Cruz e o FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ em 01/09/2017, publicado em 01/09/2017 no

☒ mural

☐ jornal _____ - Edição nº _____ de _____ / _____ / _____

☐ Diário Oficial do _____ - Edição nº _____ de _____ / _____ / _____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Santa Cruz, _____ / _____ / _____

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeito

Eliane Ma. da Silva Soares
Prefeita

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01281/2017	Data	01/09/2017
Valor consolidado	307.368,63	Valor da prestação inicial	1.538,84
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	30/09/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Santa Cruz/PE	CNPJ	24.301.475/0001-86
Representante Legal	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF	902.326.404-59
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	79425-2

CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	CNPJ	08.702.822/0001-26
Representante Legal	WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA MATIAS	CPF	030.865.744-61
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	24285-3

- O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, em conformidade com o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, declara ao Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM com a garantia de pagamento:
 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
- Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente;
 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora;
 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM;
 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
- O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
- Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Santa Cruz/PE - 01/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	Eliane M ^{te} da Silva Soares Prefeita
UNIDADE GESTORA	Wellinadja A de Souza Matias
BANCO DO BRASIL (*)	HILTON TREMANTI Gerente Geral Mat. 0 172 793-3

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo_documento=91d7f330-c984-4200-8a9e-082cf420126



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Santa Cruz / PE	CNPJ:	24.301.475/0001-86
Endereço:	AVENIDA 03 DE MAIO	Complemento:	276
Bairro:	CENTRO	CEP:	56215-000
Telefone:	0873874-8156	Fax:	
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF:	902.326.404-59
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	ellennatacha88@gmail.com	Data Início de Gestão:	01/01/2017

3. UNIDADE GESTORA

Nome:	Fundo da Previdência do Município de Santa Cruz	CNPJ:	08.702.822/0001-26
Endereço:	Av Três de Maio, 276	Complemento:	
Bairro:	Centro	CEP:	56215-000
Telefone:	8798105-6631	Fax:	(087) 3874-8156
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA	CPF:	030.865.744-61
Cargo:		Complemento do Cargo:	
Telefone:		Data Início de Gestão:	27/09/2017
	Fax:	E-mail:	

5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	ANTONIO SALES DE SOUZA	CPF:	036.774.664-66
Telefone:	(087) 3846-1186	Fax:	
Data de envio:	27/10/2017	E-mail:	sales_tc@hotmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

6. DADOS DO ACORDO

Reparcelament	Sim	Número do acordo:	01281/2017
ACORDO		Rubrica	
		Contribuição dos Segurados	08/04/2015
		Contribuição dos Segurados	14/05/2015
Título	Reparcelamento Segurado	Valor consolidado:	307.368,63
Rubrica:	Contribuição dos Segurados (200 meses)	Valor da parcela	1.536,84
Lei autorizativa do	lei 447/2017	Data de consolidação do termo:	01/09/2017
Competência:	Inicial: 09/2005 Final: 13/2008	Data de assinatura do Termo:	01/09/2017
		Data de vencimento da 1ª	30/09/2017
Quantidade de	200	Critério de atualização:	
Critérios de atualização para consolidação do			
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am
Tipo de juros:	Simplex	Multa:	2,00 %
Critérios de atualização das parcelas			
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am
Tipo de juros:	Simplex	Multa:	2,00 %
Critérios de atualização das parcelas			
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am
Tipo de juros:	Simplex	Multa:	2,00 %
Saldo Devedor em	412.139,08		

7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:		
CPF: 774.663.224-68	Nome: Ubiratan Guimarães Soares	Cargo: Secretário de Governo
RG: 4166092	Telefone (087) 9960-3707	E- ubiratangoares@hotmail.com
TESTEMUNHA - 2:		
CPF: 028.415.034-70	Nome: Juarez Guimarães da Silva	Cargo: Assessor Especial NA-5
RG: 5649133	Telefone (087) 9852-6234	E- juarez-santacruz@hotmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
001	30/09/2017		0,00	0,00	0,00	0,00	1.536,84	29/09/2017	1.658,82
002	30/10/2017	0,37	-0,02	-0,31	1,00	15,37	1.551,90	30/11/2017	1.657,10
003	30/11/2017	0,18	0,35	5,38	2,00	30,84	1.573,06	30/11/2017	1.567,26
004	30/12/2017	0,26	0,53	8,15	3,00	46,35	1.591,34	20/02/2018	1.675,17
005	30/01/2018	0,23	0,79	12,14	4,00	61,96	1.610,94	20/02/2018	1.675,17
006	28/02/2018		1,02	15,68	5,00	77,63	1.630,15	20/02/2018	1.675,38
007	30/03/2018	0,07	1,21	18,60	6,00	93,33	1.648,77	02/04/2018	1.698,34
008	30/04/2018	0,21	1,28	19,67	7,00	108,96	1.665,47	28/05/2018	3.384,43
009	30/05/2018	0,43	1,49	22,90	8,00	124,78	1.684,52	19/06/2018	1.684,52
010	30/06/2018	1,43	1,93	29,66	9,00	140,99	1.707,49	31/07/2018	1.800,70
011	30/07/2018	0,25	3,38	51,95	10,00	158,88	1.747,67	10/08/2018	1.800,10
012	30/08/2018		3,64	55,94	11,00	175,21	1.767,99	30/08/2018	1.821,03
013	30/09/2018		3,64	55,94	12,00	191,13	1.783,91	30/09/2018	1.783,91
014	30/10/2018		3,95	60,71	13,00	207,68	1.805,23	30/10/2018	1.805,23
015	30/11/2018	-0,25	4,37	67,16	14,00	224,56	1.828,56	10/12/2018	1.828,56
016	30/12/2018	0,14	4,11	63,16	15,00	240,00	1.840,00	30/01/2019	1.913,60
017	30/01/2019		4,25	65,32	16,00	256,35	1.858,51	30/01/2019	1.858,59
018	28/02/2019	0,54	4,63	71,16	17,00	273,36	1.881,36	20/02/2019	1.874,53
019	30/03/2019		5,19	79,76	18,00	290,99	1.907,59	20/03/2019	1.907,59
020	30/04/2019	0,60	6,00	92,21	19,00	309,52	1.938,57	07/05/2019	1.938,57
021	30/05/2019		6,64	102,05	20,00	327,78	1.966,67	23/05/2019	1.966,67





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
022	30/06/2019		6,80	104,51	21,00	344,68	1.986,03	28/06/2019	1.986,03
023	30/07/2019		6,81	104,66	22,00	361,13	2.002,63	30/07/2019	2.002,63
024	30/08/2019		6,92	106,35	23,00	377,93	2.021,12	30/08/2019	2.021,12
025	30/09/2019		7,05	108,35	24,00	394,85	2.040,04	30/09/2019	2.040,04
026	30/10/2019		6,99	107,43	25,00	411,07	2.055,34	30/10/2019	2.055,34
027	30/11/2019	0,54	7,03	108,04	26,00	427,67	2.072,55	11/12/2019	2.072,55
028	30/12/2019		7,61	116,95	27,00	446,52	2.100,31	11/12/2019	2.100,31
029	30/01/2020	0,19	8,93	137,24	28,00	468,74	2.142,82	31/01/2020	2.116,85
030	29/02/2020		9,13	140,31	29,00	486,37	2.163,52	28/02/2020	2.163,52
031	30/03/2020		9,32	143,23	30,00	504,02	2.184,09	30/03/2020	2.184,09
032	30/04/2020		9,51	146,15	31,00	521,73	2.204,72	30/04/2020	2.204,72
033	30/05/2020		9,26	142,31	32,00	537,33	2.216,48	29/05/2020	2.216,48
034	30/06/2020		8,99	138,16	33,00	552,75	2.227,75	19/06/2020	2.227,75
035	30/07/2020		9,32	143,23	34,00	571,22	2.251,29	30/07/2020	2.251,29
036	30/08/2020		9,80	150,61	35,00	590,61	2.278,06	20/08/2020	2.278,06
037	30/09/2020		10,19	156,60	36,00	609,64	2.303,08	29/09/2020	2.303,08
038	30/10/2020		11,15	171,36	37,00	632,03	2.340,23	30/10/2020	2.340,23
039	30/11/2020		12,14	186,57	38,00	654,90	2.378,31	20/11/2020	2.378,31
040	30/12/2020		13,21	203,02	39,00	678,55	2.418,41	18/12/2020	2.418,41
041	30/01/2021		14,86	228,37	40,00	706,08	2.471,29	20/01/2021	2.471,29
042	28/02/2021		15,17	233,14	41,00	725,69	2.495,67	24/02/2021	2.495,67
043	30/03/2021		16,11	247,58	42,00	749,46	2.533,88	23/03/2021	2.533,88





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
044	30/04/2021		17,11	262,95	43,00	773,91	2.573,70	30/04/2021	2.573,70
045	30/05/2021		17,56	269,87	44,00	794,95	2.601,66	20/05/2021	2.601,66
046	30/06/2021	0,60	18,69	287,24	45,00	820,84	2.644,92	09/07/2021	5.501,44
047	30/07/2021		19,40	298,15	46,00	844,10	2.679,09	26/07/2021	2.679,09
048	30/08/2021		20,62	316,90	47,00	871,26	2.725,00	17/08/2021	2.725,00
049	30/09/2021		21,68	333,19	48,00	897,61	2.767,64	30/09/2021	2.767,64
050	30/10/2021		23,14	355,62	49,00	927,31	2.819,77	29/10/2021	2.819,77
051	30/11/2021		24,57	377,60	50,00	957,22	2.871,66	26/11/2021	2.871,66
052	30/12/2021		25,61	393,58	51,00	984,51	2.914,93	23/12/2021	2.914,93
053	30/01/2022		26,53	407,72	52,00	1.011,17	2.955,73	26/01/2022	2.955,73
054	28/02/2022		27,38	420,79	53,00	1.037,54	2.995,17	23/02/2022	2.995,17
055	30/03/2022		28,65	440,30	54,00	1.067,66	3.044,80	30/03/2022	3.044,80
056	30/04/2022		30,85	474,12	55,00	1.106,03	3.116,99	29/04/2022	3.116,99
057	30/05/2022		32,21	495,02	56,00	1.137,84	3.169,70	30/05/2022	3.169,70
058	30/06/2022		32,81	504,24	57,00	1.163,42	3.204,50	30/06/2022	3.204,50
059	30/07/2022		33,63	516,84	58,00	1.191,13	3.244,81	27/07/2022	3.244,81
060	30/08/2022		32,83	504,54	59,00	1.204,41	3.245,79	30/08/2022	3.288,72
061	30/09/2022	-0,32	32,42	498,24	60,00	1.221,05	3.256,13	17/10/2022	3.386,37
062	30/10/2022	0,47	31,99	491,64	61,00	1.237,37	3.265,85	31/10/2022	3.265,85
063	30/11/2022		32,61	501,16	62,00	1.263,56	3.301,56	30/11/2022	3.301,56
064	30/12/2022		33,12	509,00	63,00	1.288,88	3.334,72	21/12/2022	3.334,72
TOTAIS:				12.880,11		36.910,41	148.148,28		153.600,73





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

Nº	VENCIMENTO	VALOR	PAGAMENTO	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
002	30/10/2017	1.551,90	30/11/2017	34,06	35,83	2,00	2,82	2,10	1.592,65	1.657,10
004	30/12/2017	1.591,34	20/02/2018	33,33	27,94	3,00	3,35	1,68	1.624,31	1.675,17
005	30/01/2018	1.610,94	20/02/2018	32,98	21,18	2,00	1,71	1,28	1.635,11	1.675,17
007	30/03/2018	1.648,77	02/04/2018	32,44	16,08	2,00	1,31	0,99	1.667,15	1.698,34
008	30/04/2018	1.665,47	28/05/2018	32,35	556,08	2,00	45,50	34,38	2.301,43	3.384,43
009	30/05/2018	1.684,52	19/06/2018	32,07	0,00	2,00	0,00	0,00	1.684,52	1.684,52
010	30/06/2018	1.707,49	31/07/2018	31,50	29,36	2,00	2,45	1,86	1.741,16	1.800,70
011	30/07/2018	1.747,67	10/08/2018	29,65	15,55	2,00	1,36	1,05	1.765,63	1.800,10
015	30/11/2018	1.828,56	10/12/2018	28,42	0,00	2,00	0,00	0,00	1.828,56	1.828,56
016	30/12/2018	1.840,00	30/01/2019	28,75	21,16	2,00	1,90	1,47	1.864,53	1.913,60
020	30/04/2019	1.938,57	07/05/2019	26,44	0,00	2,00	0,00	0,00	1.938,57	1.938,57
027	30/11/2019	2.072,55	11/12/2019	25,23	0,00	2,00	0,00	0,00	2.072,55	2.072,55
029	30/01/2020	2.142,82	31/01/2020	23,05	5,99	38,00	12,14	0,52	2.161,47	2.116,85
046	30/06/2021	2.644,92	09/07/2021	12,93	369,35	2,00	64,52	57,13	3.135,92	5.501,44
061	30/09/2022	3.256,13	17/10/2022	1,22	1,59	2,00	2,64	2,60	3.262,96	3.386,37
062	30/10/2022	3.265,85	31/10/2022	1,55	0,00	1,00	0,00	0,00	3.265,85	3.265,85
TOTAIS:		32.197,50			1.100,11		139,70	105,06	33.542,37	37.399,32





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA
065	30/01/2023	0,46	34,03	522,99	64,00	1.318,29	3.378,12
066	28/02/2023		34,65	532,52	65,00	1.345,08	3.414,44
067	30/03/2023		34,65	532,52	66,00	1.365,78	3.435,14
TOTAIS:				1.588,03		4.029,15	10.227,70

11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 28/02/2023

Nº	VENCIMENTO	VALOR	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO
065	30/01/2023	3.378,12	0,00	0,00	2,00	67,56	67,56	3.513,24
TOTAIS:		3.378,12		0,00		67,56	67,56	3.513,24



**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01660/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9fd73fb-c984-4200-8aae-082649b126

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Santa Cruz/PE
Endereço: AV TRES DE MAIO
Bairro: CENTRO
Telefone: (087) 3874-8156
E-mail: ellennatacha88@gmail.com
Representante legal: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
CPF: 902.326.404-59
Cargo: Prefeito
E-mail: ellennatacha88@gmail.com

CNPJ: 24.301.475/0001-86
CEP: 56215-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
Endereço: AVENIDA TRÊS DE MAIO
Bairro: CENTRO
Telefone: (087) 3874-8156
E-mail: funpresc.santacruz@gmail.com
Representante legal: WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA MATIAS
CPF: 030.865.744-61
Cargo: Gestor
E-mail: wasteor@bol.com.br

CNPJ: 08.702.822/0001-26
CEP: 56215-000
Fax: (087) 3874-8156

Complemento: PRESIDENTE
Data início da gestão: 27/09/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 447/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo.

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Santa Cruz da quantia de R\$ 3.595.230,69 (três milhões e quinhentos e noventa e cinco mil e duzentos e trinta reais e sessenta e nove centavos), correspondentes aos valores da Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 09/2005 a 04/2014, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Santa Cruz confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 3.595.230,69 (três milhões e quinhentos e noventa e cinco mil e duzentos e trinta reais e sessenta e nove centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 17.976,15 (dezesete mil e novecentos e setenta e seis reais e quinze centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 17.976,15 (dezesete mil e novecentos e setenta e seis reais e quinze centavos), vencerá em 30/09/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcèlement constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcèlement através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, calculado a partir dos valores atualizados da consolidação do parcelamento anterior e das prestações pagas deste, atualizados pelo INPC acumulado, acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados, desde a data do valor consolidado do (re)parcèlement e prestações pagas anterior até a data de consolidação atual.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Eliane M. da Silva Soares
Prefeita

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01660/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.


Santa Cruz - PE / 30/08/2017

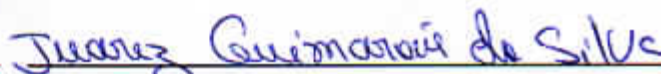
Prefeitura Municipal de Santa Cruz
ELIANE MARIA DA SILVA SOARES

Elione M. da Silva
Prefeita

FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA MATIAS

Testemunhas:


Ubiratan Guimarães Soares
Secretário de Governo
CPF: 774.663.224-68
RG: 4166092


Juarez Guimarães da Silva
Assessor Especial na-5
CPF: 028.415.034-70
RG: 5649133

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 01660/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: <http://pccce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9fd7f3fb-c984-4200-8aae-0862cf49b126

DECLARAÇÃO

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01660/2017, firmado entre o/a Santa Cruz e o FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ em 30/08/2017, foi publicado em 30/08/2017 no

☒ mural
() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Santa Cruz, 30/08/2017

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeito

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeita

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01660/2017	Data	30/08/2017
Valor consolidado	3.595.230,69	Valor da prestação inicial	17.976,15
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	30/09/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Santa Cruz/PE	CNPJ	24.301.475/0001-86
Representante Legal	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF	902.326.404-59
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	79425-2

CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	CNPJ	08.702.822/0001-26
Representante Legal	WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA MATIAS	CPF	030.865.744-61
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	24285-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, em conformidade com o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, certifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM com a garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Santa Cruz/PE 30/08/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	<i>Eliane M. da Silva Soares</i> Prefeita
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	<i>A. H. S. A. 7</i> ANILTON TREVISAN Gerente Mat. 0 772.122-3

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Asses em: http://sece.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam
Código do documento: 9fd733b0-9c98-4490-88e6-2c4209126

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01660/2017	Data	30/08/2017
Valor consolidado	3.595.230,69	Valor da prestação inicial	17.976,15
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	30/09/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Santa Cruz/PE	CNPJ	24.301.475/0001-86
Representante Legal	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF	902.326.404-59
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	79425-2

CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	CNPJ	08.702.822/0001-26
Representante Legal	WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA MATIAS	CPF	030.865.744-61
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	24285-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, no âmbito do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, declara o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM com a garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Santa Cruz/PE - 30/08/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	<i>Eliane Mª. da Silva Soares</i> Prefeita
UNIDADE GESTORA	<i>Wellinadja A. de Souza Matias</i>
BANCO DO BRASIL (*)	<i>[Assinatura]</i> ANILTON TREPANTI Gerente Geral Mat. 0 772 193-3

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Santa Cruz / PE	CNPJ:	24.301.475/0001-86
Endereço:	AVENIDA 03 DE MAIO	Complemento:	276
Bairro:	CENTRO	CEP:	56215-000
Telefone:	0873874-8156	Fax:	
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF:	902.326.404-59
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	ellennatacha88@gmail.com	Data Início de Gestão:	01/01/2017

3. UNIDADE GESTORA

Nome:	Fundo da Previdência do Município de Santa Cruz	CNPJ:	08.702.822/0001-26
Endereço:	Av Três de Maio, 276	Complemento:	
Bairro:	Centro	CEP:	56215-000
Telefone:	8798105-6631	Fax:	(087) 3874-8156
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	WELLINADJA ALENCAR DE SOUZA	CPF:	030.865.744-61
Cargo:		Complemento do Cargo:	
Telefone:		Data Início de Gestão:	27/09/2017
	Fax:	E-mail:	

5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	ANTONIO SALES DE SOUZA	CPF:	036.774.664-66
Telefone:	(087) 3846-1186	Fax:	
Data de envio:	27/10/2017	E-mail:	sales_tc@hotmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

6. DADOS DO ACORDO

Reparcelament	Sim	Número do acordo:	01660/2017			
ACORDO		Rubrica	Data de Consolidação do	Número do Acordo		
		Contribuição Patronal (240 meses)	25/10/2013	02823/2013		
		Contribuição Patronal	31/12/2013	02824/2013		
		Contribuição Patronal	02/01/2014	00250/2014		
		Contribuição Patronal	25/11/2014	01034/2014		
		Contribuição Patronal (240 meses)	08/04/2015	00326/2015		
Título	parcelamento patronal		Valor consolidado:	3.595.230,69	Data de consolidação do termo:	30/08/2017
Rubrica:	Contribuição Patronal (200 meses)		Valor da parcela	17.976,15	Data de assinatura do Termo:	30/08/2017
Lei autorizativa do	lei 447/2017				Data de vencimento da 1ª	30/09/2017
Competência:	Inicial: 09/2005	Final: 04/2014	Quantidade de	200	Critério de atualização:	
Critérios de atualização para consolidação do						
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am	Tipo de juros:	Simples	Multa: 2,00 %
Critérios de atualização das parcelas						
Índice	INPC	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simples	
Critérios de atualização das parcelas						
Índice	INPC	Taxa de juros:	1,00 am	Tipo de juros:	Simples	Multa: 2,00 %
Saldo Devedor em	3.940.568,81					

7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:

CPF: 774.663.224-68

RG: 4166092

Nome: Ubiratan Guimarães Soares

Telefone (087) 9603-7070

Cargo: Secretário de Governar

E- ubiratangoares@hotmail.com

TESTEMUNHA - 2:

CPF: 028.415.034-70

RG: 5649133

Nome: Juarez Guimarães da Silva

Telefone (087) 9985-2623

Cargo: Assessor Especial na-5

E- juarez-santacruz@hotmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
001	30/09/2017	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	17.976,15	30/10/2017	18.691,52
002	30/10/2017	0,37	-0,05	-8,99	1,00	179,67	18.146,83	30/11/2017	18.146,83
003	30/11/2017	0,18	0,32	57,52	1,50	270,51	18.304,18	30/11/2017	18.236,67
004	30/12/2017	0,26	0,50	89,88	2,00	361,32	18.427,35	20/02/2018	19.398,07
005	30/01/2018	0,23	0,76	136,62	2,50	452,82	18.565,59	20/02/2018	19.398,07
006	28/02/2018		0,99	177,96	3,00	544,62	18.698,73	20/02/2018	19.308,21
007	30/03/2018	0,07	1,18	212,12	3,50	636,59	18.824,86	02/04/2018	19.481,01
008	30/04/2018	0,21	1,25	224,70	4,00	728,03	18.928,88	28/05/2018	38.551,44
009	30/05/2018	0,43	1,46	262,45	4,50	820,74	19.059,34	19/06/2018	19.059,34
010	30/06/2018	1,43	1,89	339,75	5,00	915,80	19.231,70	31/07/2018	20.281,47
011	30/07/2018	0,25	3,35	602,20	5,50	1.021,81	19.600,16	10/08/2018	20.188,16
012	30/08/2018		3,61	648,94	6,00	1.117,51	19.742,60	30/08/2018	19.742,60
013	30/09/2018		3,61	648,94	6,50	1.210,63	19.835,72	30/09/2018	19.835,72
014	30/10/2018		3,92	704,67	7,00	1.307,66	19.988,48	30/10/2018	19.988,48
015	30/11/2018	-0,25	4,34	780,16	7,50	1.406,72	20.163,03	10/12/2018	20.163,03
016	30/12/2018	0,14	4,08	733,43	8,00	1.496,77	20.206,35	30/01/2019	21.014,61
017	30/01/2019		4,22	758,59	8,50	1.592,45	20.327,19	30/01/2019	20.327,19
018	28/02/2019	0,54	4,60	826,90	9,00	1.692,27	20.495,32	20/02/2019	20.420,87
019	30/03/2019		5,16	927,57	9,50	1.795,85	20.699,57	20/03/2019	20.699,57
020	30/04/2019	0,60	5,97	1.073,18	10,00	1.904,93	20.954,26	07/05/2019	20.954,26
021	30/05/2019		6,61	1.188,22	10,50	2.012,26	21.176,63	23/05/2019	21.176,63





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
022	30/06/2019		6,77	1.216,99	11,00	2.111,25	21.304,39	28/06/2019	21.304,39
023	30/07/2019		6,78	1.218,78	11,50	2.207,42	21.402,35	30/07/2019	21.402,35
024	30/08/2019		6,88	1.236,76	12,00	2.305,55	21.518,46	30/08/2019	21.518,46
025	30/09/2019		7,01	1.260,13	12,50	2.404,54	21.640,82	30/09/2019	21.640,82
026	30/10/2019		6,96	1.251,14	13,00	2.499,55	21.726,84	30/10/2019	21.726,84
027	30/11/2019		7,00	1.258,33	13,50	2.596,65	21.831,13	29/11/2019	21.831,13
028	30/12/2019		7,58	1.362,59	14,00	2.707,42	22.046,16	30/12/2019	24.146,47
029	30/01/2020	0,19	8,89	1.598,08	14,50	2.838,26	22.412,49	31/01/2020	22.142,86
030	29/02/2020		9,10	1.635,83	15,00	2.941,80	22.553,78	28/02/2020	22.553,78
031	30/03/2020		9,28	1.668,19	15,50	3.044,87	22.689,21	30/03/2020	22.689,21
032	30/04/2020		9,48	1.704,14	16,00	3.148,85	22.829,14	30/04/2020	22.829,14
033	30/05/2020		9,23	1.659,20	16,50	3.239,83	22.875,18	29/05/2020	22.875,18
034	30/06/2020		8,96	1.610,66	17,00	3.329,76	22.916,57	19/06/2020	22.916,57
035	30/07/2020		9,28	1.668,19	17,50	3.437,76	23.082,10	30/07/2020	23.082,10
036	30/08/2020		9,76	1.754,47	18,00	3.551,51	23.282,13	20/08/2020	23.282,13
037	30/09/2020		10,16	1.826,38	18,50	3.663,47	23.466,00	29/09/2020	23.466,00
038	30/10/2020		11,12	1.998,95	19,00	3.795,27	23.770,37	30/10/2020	23.770,37
039	30/11/2020		12,11	2.176,91	19,50	3.929,85	24.082,91	20/11/2020	24.082,91
040	30/12/2020		13,17	2.367,46	20,00	4.068,72	24.412,33	18/12/2020	24.412,33
041	30/01/2021		14,82	2.664,07	20,50	4.231,25	24.871,47	20/01/2021	24.871,47
042	28/02/2021		15,13	2.719,79	21,00	4.346,15	25.042,09	24/02/2021	25.042,09
043	30/03/2021		16,08	2.890,56	21,50	4.486,34	25.353,05	23/03/2021	25.535,05





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
044	30/04/2021	0,60	17,08	3.070,33	22,00	4.630,23	25.676,71	30/04/2021	25.676,71
045	30/05/2021		17,52	3.149,42	22,50	4.753,25	25.878,82	20/05/2021	25.878,82
046	30/06/2021		18,65	3.352,55	23,00	4.905,60	26.234,30	30/06/2021	26.234,20
047	30/07/2021		19,36	3.480,18	23,50	5.042,24	26.498,57	26/07/2021	26.498,57
048	30/08/2021		20,58	3.699,49	24,00	5.202,15	26.877,79	17/08/2021	26.877,79
049	30/09/2021	0,47	21,64	3.890,04	24,50	5.357,22	27.223,41	30/09/2021	27.223,41
050	30/10/2021		23,10	4.152,49	25,00	5.532,16	27.660,80	29/10/2021	27.660,80
051	30/11/2021		24,53	4.409,55	25,50	5.708,35	28.094,05	26/11/2021	28.094,05
052	30/12/2021		25,57	4.596,50	26,00	5.868,89	28.441,54	23/12/2021	28.441,54
053	30/01/2022		26,49	4.761,88	26,50	6.025,58	28.763,61	26/01/2022	28.763,61
054	28/02/2022		27,34	4.914,68	27,00	6.180,52	29.071,35	23/02/2022	29.071,35
055	30/03/2022		28,61	5.142,98	27,50	6.357,76	29.476,89	30/03/2022	29.476,89
056	30/04/2022		30,81	5.538,45	28,00	6.584,09	30.098,69	29/04/2022	30.098,69
057	30/05/2022		32,17	5.782,93	28,50	6.771,34	30.530,42	30/05/2022	30.530,42
058	30/06/2022		32,77	5.890,78	29,00	6.921,41	30.788,34	30/06/2022	30.788,34
059	30/07/2022	0,47	33,59	6.038,19	29,50	7.084,23	31.098,57	27/07/2022	31.098,57
060	30/08/2022		32,79	5.894,38	30,00	7.161,16	31.031,69	30/08/2022	31.363,98
061	30/09/2022		32,38	5.820,68	30,50	7.258,03	31.054,86	30/09/2022	31.887,40
062	30/10/2022		31,95	5.743,38	31,00	7.353,05	31.072,58	31/10/2022	31.072,58
063	30/11/2022		32,57	5.854,83	31,50	7.506,76	31.337,74	30/11/2022	31.337,74
064	30/12/2022		33,08	5.946,51	32,00	7.655,25	31.577,91	21/12/2022	31.577,91
TOTAIS:				150.262,63		222.214,30	1.522.950,53		1.551.838,77





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

Nº	VENCIMENTO	VALOR	PAGAMENTO	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
001	30/09/2017	17.976,15	30/10/2017	34,03	243,44	2,00	19,18	14,31	18.253,08	18.691,52
002	30/10/2017	18.146,83	30/11/2017	34,06	0,00	2,00	0,00	0,00	18.146,83	18.146,83
004	30/12/2017	18.427,35	20/02/2018	33,33	323,54	3,00	38,83	19,41	18.809,13	19.398,07
005	30/01/2018	18.565,59	20/02/2018	32,98	274,55	2,00	22,14	16,65	18.878,93	19.398,07
007	30/03/2018	18.824,86	02/04/2018	32,44	212,86	2,00	17,38	13,12	19.068,22	19.481,01
008	30/04/2018	18.928,88	28/05/2018	32,35	6.347,90	2,00	519,41	392,45	26.188,64	38.551,44
009	30/05/2018	19.059,34	19/06/2018	32,07	0,00	2,00	0,00	0,00	19.059,34	19.059,34
010	30/06/2018	19.231,70	31/07/2018	31,50	330,68	2,00	27,61	21,00	19.610,99	20.281,47
011	30/07/2018	19.600,16	10/08/2018	29,65	174,34	2,00	15,25	11,76	19.801,51	20.188,16
015	30/11/2018	20.163,03	10/12/2018	28,42	0,00	2,00	0,00	0,00	20.163,03	20.163,03
016	30/12/2018	20.206,35	30/01/2019	28,75	232,37	2,00	20,81	16,17	20.475,70	21.014,61
020	30/04/2019	20.954,26	07/05/2019	26,44	0,00	2,00	0,00	0,00	20.954,26	20.954,26
029	30/01/2020	22.412,49	31/01/2020	23,05	62,15	38,00	126,08	5,39	22.606,11	22.142,86
062	30/10/2022	31.072,58	31/10/2022	1,55	0,00	1,00	0,00	0,00	31.072,58	31.072,58
TOTAIS:		283.569,57			8.201,83		806,69	510,26	293.088,35	308.543,25

10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA
065	30/01/2023	0,46	33,99	6.110,09	32,50	7.828,03	31.914,27
066	28/02/2023		34,61	6.221,55	33,00	7.985,24	32.182,94
067	30/03/2023		34,61	6.221,55	33,50	8.106,23	32.303,93
TOTAIS:				18.553,19		23.919,50	96.401,14





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO (Reparcelamento)

11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 28/02/2023

Nº	VENCIMENTO	VALOR	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO
065	30/01/2023	31.914,27	0,00	0,00	2,00	638,29	638,29	33.190,85
TOTAIS:		31.914,27		0,00		638,29	638,29	33.190,85



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02095/2017	Data	20/11/2017
Valor consolidado	826.869,37	Valor da prestação inicial	13.781,16
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	20/12/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Santa Cruz/PE	CNPJ	24.301.475/0001-86
Representante Legal	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF	902.326.404-59
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	79425-2

CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	CNPJ	08.702.822/0001-26
Representante Legal	ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA	CPF	007.799.164-84
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2371-x
		Conta nº	24285-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM em garantia de pagamento:
- 1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
- 2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Santa Cruz/PE - 30/11/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	<i>Eliane Mª. da Silva Soares</i> Prefeita
UNIDADE GESTORA	<i>Eracildo Barbosa Teixeira</i> Gerente FUNPRESC
BANCO DO BRASIL (*)	Portaria: 012/2018

(*) identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

ANTONIO TREMANTI
Gerente Geral
Mat. 8.772.794-3

Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: <https://e-cv.ce.te.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9f7d73f0-bc98-4420-88e6-26429126

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02095/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: <https://pse.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9fd7f3fb-c984-4200-8a9e-0862cf49b126

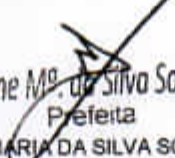
DECLARAÇÃO

ELIANE MARIA DA SILVA SOARES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02095/2017, firmado entre o/a Santa Cruz e o FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ em 30/11/2017, foi publicado em ____/____/____ no

☒ mural
() jornal ____ - Edição nº ____ de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Santa Cruz, 30.08.2018


Eliane M. da Silva Soares
Prefeita
ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
Prefeito

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02095/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9fd7330-c984-4200-ba8e-0862cf4b0126

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Santa Cruz/PE
Endereço: AV TRES DE MAIO
Bairro: CENTRO
Telefone: (087) 3874-8156
E-mail: eliennatacha88@gmail.com
Representante legal: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES
CPF: 902.326.404-59
Cargo: Prefeito
E-mail: eliennatacha88@gmail.com

CNPJ: 24.301.475/0001-86
CEP: 56215-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ
Endereço: AVENIDA TRÊS DE MAIO
Bairro: CENTRO
Telefone: (087) 3874-8156
E-mail: funpresc.santacruz@gmail.com
Representante legal: ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA
CPF: 007.799.164-84
Cargo: Gestor
E-mail: funpresc.santacruz@gmail.com

CNPJ: 08.702.822/0001-26
CEP: 56215-000
Fax: (087) 3874-8156

Complemento:
Data início da gestão: 09/01/2018

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Santa Cruz da quantia de R\$ 826.869,37 (oitocentos e vinte e seis mil e oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 05/2017 a 10/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Santa Cruz confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 826.869,37 (oitocentos e vinte e seis mil e oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 13.781,16 (treze mil e setecentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 13.781,16 (treze mil e setecentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos), vencerá em 20/12/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 450/2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02095/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

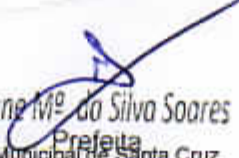
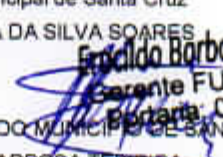
O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO


Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.


Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Santa Cruz - PE / 30/11/2017


Eliane Maria da Silva Soares
Prefeita
Prefeitura Municipal de Santa Cruz
ELIANE MARIA DA SILVA SOARES

Eracildo Barbosa Teixeira
Gerente FUNPRESC
Portaria: 012/2018
FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
ERACILDO BARBOSA TEIXEIRA

Testemunhas:


Ubiratan Guimarães Soares
Secretário de Governo
CPF: 774.663.224-68
RG: 4166092


Juarez Guimarães da Silva
Assessor Especial NA-5
CPF: 028.415.034-70
RG: 5649133



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Santa Cruz / PE	CNPJ:	24.301.475/0001-86
Endereço:	AVENIDA 03 DE MAIO	Complemento:	276
Bairro:	CENTRO	CEP:	56215-000
Telefone:	0873874-8156	Fax:	
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	ELIANE MARIA DA SILVA SOARES	CPF:	902.326.404-59
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	ellennatacha88@gmail.com	Data Início de Gestão:	01/01/2017

3. UNIDADE GESTORA

Nome:	Fundo da Previdência do Município de Santa Cruz	CNPJ:	08.702.822/0001-26
Endereço:	Av Três de Maio, 276	Complemento:	
Bairro:	Centro	CEP:	56215-000
Telefone:	8798105-6631	Fax:	(087) 3874-8156
		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	Eracildo Barbosa Teixeira	CPF:	007.799.164-84	Data Início de Gestão:	09/01/2018
Cargo:	Gerente	Complemento do Cargo:			
Telefone:	(087) 3874-1177	Fax:		E-mail:	funpresc.santacruz@gmail.com

5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	ANTONIO SALES DE SOUZA	CPF:	036.774.664-66
Telefone:	(087) 3846-1186	Fax:	
Data de envio:	29/08/2018	E-mail:	sales_tc@hotmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

6. DADOS DO ACORDO

Reparcelament Não **Número do acordo:** 02095/2017

Título Contribuições Patronais **Valor consolidado:** 826.869,37 **Data de consolidação do termo:** 20/11/2017

Rubrica: Contribuição Patronal **Valor da parcela** 13.781,16 **Data de assinatura do Termo:** 30/11/2017

Lei autorizativa do **Data de vencimento da 1ª** 20/12/2017

Competência: **Inicial:** 05/2017 **Final:** 10/2017 **Quantidade de** 60 **Critério de atualização:**

Critérios de atualização para consolidação do

Índice INPC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:** 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas

Índice INPC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples

Critérios de atualização das parcelas

Índice INPC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:** 2,00 %

Saldo Devedor em 0,00

7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:

CPF: 774.663.224-68

RG: 4166092

Nome: Ubiratan Guimarães Soares

Telefone (087) 9960-3707

Cargo: Secretário de Governo

E- ubiratangoares@hotmail.com

TESTEMUNHA - 2:

CPF: 028.415.034-70

RG: 5649133

Nome: Juarez Guimarães da Silva

Telefone (087) 9852-6234

Cargo: Assessor Especial NA-5

E- juarez-santacruz@hotmail.com





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
001	20/12/2017	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	13.781,16	20/02/2018	14.230,51
002	20/01/2018	0,23	0,44	60,64	2,00	276,84	14.118,64	20/02/2018	14.403,40
003	20/02/2018	0,18	0,67	92,33	3,00	416,20	14.289,69	20/02/2018	14.230,51
004	20/03/2018	0,07	0,85	117,14	4,00	555,93	14.454,23	01/03/2018	13.985,20
005	20/04/2018	0,21	0,92	126,79	5,00	695,40	14.603,35	28/05/2018	30.115,12
006	20/05/2018	0,43	1,14	157,11	6,00	836,30	14.774,57	28/05/2018	14.928,57
007	20/06/2018	1,43	1,57	216,36	7,00	979,83	14.977,35	31/07/2018	32.485,49
008	20/07/2018	0,25	3,02	416,19	8,00	1.135,79	15.333,14	10/08/2018	15.492,00
009	20/08/2018	0,00	3,28	452,02	9,00	1.280,99	15.514,17	30/08/2018	15.674,89
010	20/09/2018	0,30	3,28	452,02	10,00	1.423,32	15.656,50	30/09/2018	16.126,20
011	20/10/2018	0,40	3,59	494,74	11,00	1.570,35	15.846,25	30/10/2018	16.321,14
012	20/11/2018	-0,25	4,00	551,25	12,00	1.719,89	16.052,30	10/12/2018	16.052,30
013	20/12/2018	0,14	3,74	515,42	13,00	1.858,56	16.155,14	30/01/2019	16.801,34
014	20/01/2019	0,36	3,89	536,09	14,00	2.004,42	16.321,67	30/01/2019	16.811,32
015	20/02/2019	0,54	4,26	587,08	15,00	2.155,24	16.523,48	20/02/2019	16.464,84
016	20/03/2019		4,83	665,63	16,00	2.311,49	16.758,28	20/03/2019	16.758,28
017	20/04/2019	0,60	5,63	775,88	17,00	2.474,70	17.031,74	07/05/2019	17.542,69
018	20/05/2019	0,15	6,27	864,08	18,00	2.636,14	17.281,38	23/05/2019	17.281,38
019	20/06/2019	0,01	6,43	886,13	19,00	2.786,79	17.454,08	28/06/2019	17.454,08
020	20/07/2019	0,10	6,44	887,51	20,00	2.933,73	17.602,40	30/07/2019	17.602,40
021	20/08/2019	0,12	6,54	901,29	21,00	3.083,31	17.765,76	30/08/2019	17.765,76





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
022	20/09/2019	-0,05	6,67	919,20	22,00	3.234,08	17.934,44	26/09/2019	18.472,47
023	20/10/2019		6,62	912,31	23,00	3.379,50	18.072,97	18/10/2019	18.072,97
024	20/11/2019		6,66	917,83	24,00	3.527,76	18.226,75	20/11/2019	18.226,75
025	20/12/2019		7,24	997,76	25,00	3.694,73	18.473,65	20/12/2019	18.473,65
026	20/01/2020	0,19	8,55	1.178,29	26,00	3.889,46	18.848,91	20/01/2020	18.621,44
027	20/02/2020		8,75	1.205,85	27,00	4.046,49	19.033,50	20/02/2020	19.033,50
028	20/03/2020		8,94	1.232,04	28,00	4.203,70	19.216,90	18/03/2020	19.216,90
029	20/04/2020		9,13	1.258,22	29,00	4.361,42	19.400,80	17/04/2020	19.400,80
030	20/05/2020	-0,25	8,88	1.223,77	30,00	4.501,48	19.506,41	25/05/2020	19.506,41
031	20/06/2020		8,61	1.186,56	31,00	4.639,99	19.607,71	19/06/2020	19.607,71
032	20/07/2020		8,94	1.232,04	32,00	4.804,22	19.817,42	20/07/2020	19.817,42
033	20/08/2020		9,41	1.296,81	33,00	4.975,73	20.053,70	20/08/2020	20.053,70
034	20/09/2020		9,81	1.351,93	34,00	5.145,25	20.278,34	16/09/2020	20.278,34
035	20/10/2020		10,76	1.482,85	35,00	5.342,40	20.606,41	20/10/2020	20.606,41
036	20/11/2020		11,75	1.619,29	36,00	5.544,16	20.944,61	20/11/2020	20.944,61
037	20/12/2020		12,81	1.765,37	37,00	5.752,22	21.298,75	18/12/2020	21.298,75
038	20/01/2021		14,46	1.992,76	38,00	5.994,09	21.768,01	20/01/2021	21.768,01
039	20/02/2021	0,82	14,77	2.035,48	39,00	6.168,49	21.985,13	24/02/2021	21.985,13
040	20/03/2021		15,71	2.165,02	40,00	6.378,47	22.324,65	19/03/2021	22.324,65
041	20/04/2021		16,70	2.301,45	41,00	6.593,87	22.676,48	20/04/2021	22.676,48
042	20/05/2021		17,15	2.363,47	42,00	6.780,74	22.925,37	20/05/2021	22.925,37
043	20/06/2021		18,27	2.517,82	43,00	7.008,56	23.307,54	17/06/2021	23.307,54





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
044	20/07/2021		18,98	2.615,66	44,00	7.214,60	23.611,42	09/07/2021	23.611,42
045	20/08/2021		20,19	2.782,42	45,00	7.453,61	24.017,19	17/08/2021	24.017,19
046	20/09/2021		21,25	2.928,50	46,00	7.686,44	24.396,10	20/09/2021	24.396,10
047	20/10/2021		22,71	3.129,70	47,00	7.948,10	24.858,96	20/10/2021	24.858,96
048	20/11/2021		24,13	3.325,39	48,00	8.211,14	25.317,69	19/11/2021	25.317,69
049	20/12/2021	0,73	25,17	3.468,72	49,00	8.452,44	25.702,32	23/12/2021	25.702,32
050	20/01/2022		26,09	3.595,50	50,00	8.688,33	26.064,99	20/01/2022	26.064,99
051	20/02/2022		26,93	3.711,27	51,00	8.921,14	26.413,57	18/02/2022	26.413,57
052	20/03/2022		28,20	3.886,29	52,00	9.187,07	26.854,52	17/03/2022	26.854,52
053	20/04/2022		30,39	4.188,09	53,00	9.523,70	27.492,95	20/04/2022	27.492,95
054	20/05/2022		31,75	4.375,52	54,00	9.804,61	27.961,29	20/05/2022	27.961,29
055	20/06/2022		32,34	4.456,83	55,00	10.030,89	28.268,88	20/06/2022	28.268,88
056	20/07/2022	-0,60	33,16	4.569,83	56,00	10.276,55	28.627,54	30/07/2022	28.627,54
057	20/08/2022		32,36	4.459,58	57,00	10.397,22	28.637,96	19/08/2022	28.911,79
058	20/09/2022		31,95	4.403,08	58,00	10.546,86	28.731,10	20/09/2022	29.005,81
059	20/10/2022		31,53	4.345,20	59,00	10.694,55	28.820,91	20/10/2022	28.820,91
060	20/11/2022	0,38	32,15	4.430,64	60,00	10.927,08	29.138,88	21/11/2022	29.138,88
TOTAIS:				107.584,04		299.066,36	1.233.520,00		1.270.611,24





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

Nº	VENCIMENTO	VALOR	PAGAMENTO	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
001	20/12/2017	13.781,16	20/02/2018	33,33	149,77	3,00	17,97	8,99	13.957,89	14.230,51
002	20/01/2018	14.118,64	20/02/2018	32,98	93,91	2,00	7,57	5,70	14.225,82	14.403,40
005	20/04/2018	14.603,35	28/05/2018	32,35	5.018,06	2,00	410,60	310,24	20.342,25	30.115,12
006	20/05/2018	14.774,57	28/05/2018	32,07	49,39	1,00	2,03	3,08	14.829,07	14.928,57
007	20/06/2018	14.977,35	31/07/2018	31,50	5.515,06	2,00	460,46	350,16	21.303,03	32.485,49
008	20/07/2018	15.333,14	10/08/2018	29,65	47,10	2,00	4,12	3,18	15.387,54	15.492,00
009	20/08/2018	15.514,17	30/08/2018	29,33	47,14	1,00	2,08	3,21	15.566,60	15.674,89
010	20/09/2018	15.656,50	30/09/2018	29,33	137,76	1,00	6,07	9,39	15.809,72	16.126,20
011	20/10/2018	15.846,25	30/10/2018	28,94	137,43	1,00	6,12	9,50	15.999,30	16.321,14
012	20/11/2018	16.052,30	10/12/2018	28,42	0,00	2,00	0,00	0,00	16.052,30	16.052,30
013	20/12/2018	16.155,14	30/01/2019	28,75	185,78	2,00	16,64	12,92	16.370,48	16.801,34
014	20/01/2019	16.321,67	30/01/2019	28,57	139,89	1,00	6,30	9,79	16.477,65	16.811,32
017	20/04/2019	17.031,74	07/05/2019	26,44	135,10	2,00	12,92	10,22	17.189,98	17.542,69
018	20/05/2019	17.281,38	23/05/2019	25,69	0,00	1,00	0,00	0,00	17.281,38	17.281,38
019	20/06/2019	17.454,08	28/06/2019	25,50	0,00	1,00	0,00	0,00	17.454,08	17.454,08
020	20/07/2019	17.602,40	30/07/2019	25,49	0,00	1,00	0,00	0,00	17.602,40	17.602,40
021	20/08/2019	17.765,76	30/08/2019	25,36	0,00	1,00	0,00	0,00	17.765,76	17.765,76
022	20/09/2019	17.934,44	26/09/2019	25,21	135,64	1,00	6,74	10,76	18.087,58	18.472,47
030	20/05/2020	19.506,41	25/05/2020	22,67	0,00	1,00	0,00	0,00	19.506,41	19.506,41
039	20/02/2021	21.985,13	24/02/2021	16,38	0,00	1,00	0,00	0,00	21.985,13	21.985,13
049	20/12/2021	25.702,32	23/12/2021	6,71	0,00	1,00	0,00	0,00	25.702,32	25.702,32





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>VALOR</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>MULTA</u>	<u>VALOR DEVIDO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
056	20/07/2022	28.627,54	30/07/2022	0,30	0,00	1,00	0,00	0,00	28.627,54	28.627,54
060	20/11/2022	29.138,88	21/11/2022	1,07	0,00	1,00	0,00	0,00	29.138,88	29.138,88
TOTAIS:		413.164,32			11.792,03		959,62	747,14	426.663,11	450.521,34
10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO										
11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 28/02/2023										

